

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

RONALDO ARALDI DA SILVEIRA

A segurança pública na área rural do município de Nova Petrópolis e suas inter-relações com o desenvolvimento rural

Porto Alegre

2017

RONALDO ARALDI DA SILVEIRA

A segurança pública na área rural do município de Nova Petrópolis e suas inter-relações com o desenvolvimento rural

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre

2017

RONALDO ARALDI DA SILVEIRA

A segurança pública na área rural do município de Nova Petrópolis e suas inter-relações com o desenvolvimento rural

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Lorena Fleury
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Andre Niederle
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha esposa Juliana Severo Araldi da Silveira, que esteve sempre ao meu lado me apoiando e compreendendo a necessidade das atividades, do contrário, certamente não estaria concluindo esta graduação que tanto me esforcei para conquistá-la.

Aos meus pais que mesmo de longe nunca deixaram de acreditar que era possível.

Não poderia deixar de agradecer os tutores e professores que tive durante o curso, todos merecedores de agradecimentos, contudo preciso destinar agradecimento especial à tutora Gisleine Raquel Enzweiler que sempre nos dava o suporte para que tudo fosse realizado conforme o previsto.

Aos colegas do polo Picada Café que passaram por dificuldades semelhantes as minhas.

Aos diversos atores sociais que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para que as tarefas pudessem ser realizadas, com dedicatória especial aos gentis participantes deste estudo.

Ao tutor Jose Luis Abalos Junior e ao orientador Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, ambos fundamentais nesta etapa conclusiva.

**Vencedor
não é aquele que sempre vence
mas sim
aquele que nunca para de lutar!
(Autor desconhecido)**

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo contextualizar como foi à década de 2007 a 2016 no que tange a situação da segurança pública no meio rural do município de Nova Petrópolis. Grande parte do estudo foi complementado com percepções de atores sociais residentes em 26 distintas localidades rurais visitadas. O problema foi analisado, caracterizado e verificado tendo como eixo central o problema de pesquisa: quais as maiores dificuldades encontradas no meio rural de Nova Petrópolis referente à segurança das pessoas e de seu patrimônio? Para tal, os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas, iniciou-se com a aplicação de questionário que continha 19 questões, e sua complementação realizada através de diário de campo descrito após as aplicações dos questionários. Como resultado foi possível verificar que quase a totalidade dos participantes tinha algo a relatar sobre demandas de segurança pública em suas localidades referentes à última década, e que os residentes estão se valendo de estratégias distintas para minimizar as ações criminosas. Há de se destacar o enorme potencial para ações comunitárias no município, o que poderiam ser mais exploradas para melhor atender os anseios dos residentes do meio rural. Estas ações podem ser boas respostas para entendermos a dinâmica da segurança pública no mundo rural.

Palavras-chave: Segurança Pública. Meio Rural. Nova Petrópolis. Policiamento Comunitário. Desenvolvimento Rural.

RÉSUMÉ

Le présent travail visait à contextualiser comment il était à la décennie de 2007 à 2016 en ce qui concerne la situation de la sécurité publique dans le milieu rural de la municipalité de Nova Petrópolis. Une grande partie de l'étude a été complétée par des perceptions d'acteurs sociaux résidant dans 26 zones rurales visitées. Le problème a été analysé, caractérisé et vérifié en ayant comme axe central le problème de la recherche: quelles sont les plus grandes difficultés rencontrées dans l'environnement rural de Nova Petrópolis concernant la sécurité des personnes et de leur patrimoine? Pour cela, les procédures méthodologiques ont été divisées en deux étapes, en commençant par l'application d'un questionnaire contenant 19 questions mixtes, et sa complémentation par un journal de bord décrit après les applications des questionnaires. En conséquence, il a été possible de vérifier que presque tous les participants avaient quelque chose à signaler sur les demandes de sécurité publique dans leurs localités au cours de la dernière décennie, et que les résidents utilisent des stratégies distinctes pour minimiser les actions criminelles. Il est important de souligner l'énorme potentiel d'actions communautaires dans la municipalité, qui pourrait être plus exploité pour mieux répondre aux souhaits des habitants des zones rurales. Ces actions peuvent être de bonnes réponses pour comprendre la dynamique de la sécurité publique dans le monde rural.

Mots-clés: Sécurité publique Milieu rural. Nouvelle Petropolis. Police de proximité Développement rural.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1 – Localização do município de Nova Petrópolis entre os municípios que compõe Corede Hortênsias..... | 13 |
| MAPA 2- Localização das localidades do município, com numeração baseada na tabela 1.... | 19 |
| Imagem 1 – Reunião na localidade Linha Temerária..... | 26 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Localização dos habitantes conforme último censo..... | 13 |
| Gráfico 2 – Em sua opinião quem é o responsável pela segurança pública no meio rural..... | 34 |
| Gráfico 3 – O(a) participante sabe o número do telefone de emergência da Brigada Militar e Polícia Civil..... | 35 |
| Gráfico 4 – Além dos números de emergência dos órgãos de segurança o(a) participante sabe mais algum número para contatá-los..... | 35 |
| Gráfico 5 – Qual foi a última vez que o(a) participante visualizou viaturas policiais em sua localidade..... | 38 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Localidades que foram aplicados os questionários da pesquisa..... | 18 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. SEGURANÇA PÚBLICA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS E SUAS PECULIARIDADES..... | 20 |
| 2.1 ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA PETRÓPOLIS..... | 23 |
| 2.1.1 BRIGADA MILITAR DE NOVA PETRÓPOLIS..... | 23 |
| 2.1.2 POLÍCIA CIVIL..... | 24 |
| 2.1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA..... | 25 |
| 2.2 ATUAÇÃO DA COMUNIDADE URBANA E RURAL NO AUXÍLIO AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA PETRÓPOLIS..... | 26 |
| 2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO..... | 29 |
| 3. ANÁLISES E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A INSEGURANÇA NO MEIO RURAL DE NOVA PETRÓPOLIS..... | 31 |
| 3.1 COMUNIDADE RURAL: RELAÇÃO DE MORADIA E COMUNICAÇÃO..... | 31 |
| 3.2 RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE E ÓRGÃOS DE SEGURANÇA..... | 33 |
| 3.3 ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA: NA AVALIAÇÃO DOS MORADORES..... | 37 |
| 3.4 CONSEQUÊNCIAS DA INSEGURANÇA NO MEIO RURAL E SUA RELAÇÃO COM O ÊXODO RURAL..... | 39 |
| 3.5 LACUNA DESTINADA A CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS PELOS PARTICIPANTES..... | 40 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 42 |
| REFERÊNCIAS..... | 47 |

1. INTRODUÇÃO

Durante os quase quatro anos em que estive no curso superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) desenvolvemos atividades diversas, de antemão saliento que PLAGEDER será a nomenclatura que irei utilizar quando me referenciar sobre o curso. Através das atividades fui compreendendo o verdadeiro significado do ‘desenvolvimento rural’ em sentido literal, para isso foi necessário também aplicar premissas defendidas nos objetivos do curso, que é alcançar o perfil crítico inovador no que tange ao meio rural.

Pude conhecer realidades e pessoas distintas, cada uma com particularidades interessantes de serem observadas, todavia foram tratadas com muita responsabilidade, tornando-se essencial para que eu chegasse até esta etapa final. Os desafios para mim ao longo do curso foram enormes, em especial quando era necessário desenvolver tarefas baseadas em dados ou informações obtidas com pessoas desconhecidas. Contudo, aos poucos estas foram sendo superadas, pois tenho a limitação de não haver ligação direta com o campo, somado a profissão que exerço (policia militar); mesmo assim por vezes esta última foi determinante para a fluidez de troca de informações importantes para ambos.

É comum certo receio das pessoas falarem sobre sua vida, ou abrir “as porteiras” de suas propriedades ou estabelecimentos comerciais para um estranho, porém como não havia outra forma, os degraus foram ficando para trás, fui vislumbrando no PLAGEDER uma ótima oportunidade para conhecer melhor o meio rural e ainda na medida do possível auxiliar atores sociais a alcançarem ou se aproximarem do desenvolvimento rural.

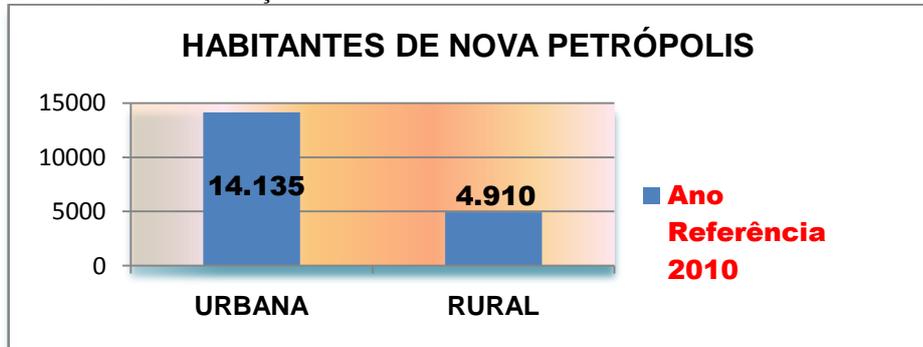
Foi possível constatar *in loco* distintos anseios de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o meio rural, porém algo que reiteradamente me chamava atenção era a preocupação que estes demandavam sobre segurança pública. Diante disso, realizei meu trabalho de conclusão de curso com vistas ao meio rural do município de Nova Petrópolis (NP) tendo como tema “A segurança pública na área rural do município de Nova Petrópolis na última década: segurança pública, direito social imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade”.

Os demais direitos sociais que estão previstos na Constituição Federal (CF) em seu artigo 6º são: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Nova Petrópolis conta atualmente com três órgãos oficiais que perfazem o trabalho de segurança pública na área territorial do município, sendo a Brigada Militar, Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal, com os dois primeiros subordinados ao governo estadual e o último ao federal, cabe salientar que a Polícia Rodoviária Federal não será objeto de análise neste trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conforme o último censo demográfico realizado no ano de 2010, a população total do estado do Rio Grande do Sul era de 10.693,929. O mesmo censo divulgou que o município de Nova Petrópolis possuía naquele ano 19.045 habitantes, e neste montante estavam inclusos os 4.910 residentes do meio rural, ou seja, mais de 25% da população total (IBGE, 2017).

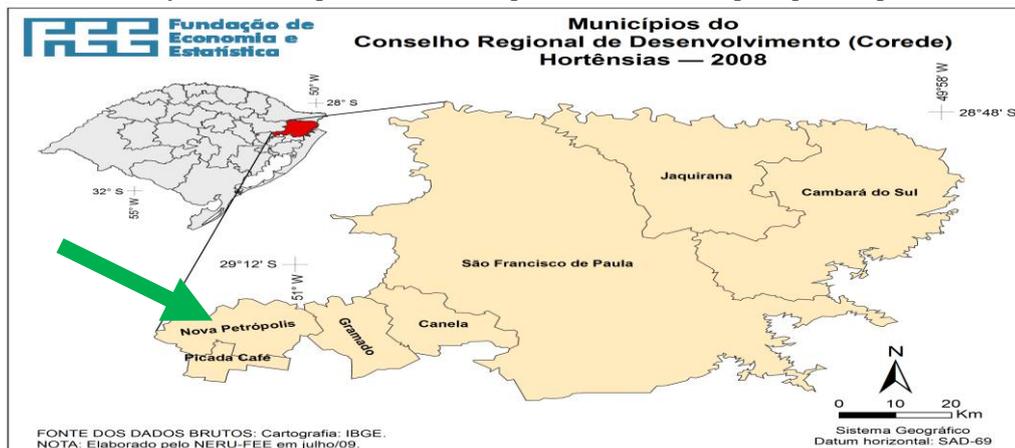
GRÁFICO 1- Localização dos habitantes conforme último censo.



Fonte: Elaboração própria a partir do censo demográfico IBGE (2010).

O gráfico 1 apresentou a divisão dos habitantes do município conforme o último censo, já o mapa 1 é destinado a mostrar a posição que Nova Petrópolis se encontra geograficamente entre os municípios que pertencem ao Conselho Regional de Desenvolvimento(COREDE) Hortênsias.

MAPA 1. Localização do município de Nova Petrópolis entre os municípios que compõe Corede Hortênsias.



Por mais que o foco deste trabalho seja a segurança pública no meio rural de Nova Petrópolis, e as percepções da população que realmente vivenciam diariamente esta realidade, não há como deixar de preocupar-se também com o urbano, pois o restante da população não pode ser totalmente deixado de lado, concordando com a afirmação de Veiga (2000) que diz:

Não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico” (apud KAGEYAMA, 2004, p.380).

De acordo com Port (2016, p.44) “Nova Petrópolis apresenta características que tem atraído profissionais de diferentes partes do país, entre elas estão à segurança e qualidade de vida, as quais têm contribuído na escolha do município para residir”.

Nova Petrópolis aparenta ser tranquila no que tange a segurança pública, no entanto isso não pode ser fator determinante para que se deixe de lado a preocupação com ações delituosas (crimes), sabemos que o crime não é previsível, com isso são necessárias ações constantes e permanentes para que sejam evitadas ações futuras, o que geralmente é feito através de políticas públicas, no entanto em Nova Petrópolis não há nenhuma política voltada à segurança pública do meio rural em desenvolvimento atualmente.

Verificar se realmente há problemas relacionados à segurança pública com vistas ao meio rural é o que pretendo buscar através deste trabalho, pois em conversas informais ouvi de residentes de distintas localidades que de fato estão acontecendo problemas de segurança, porém, se faz necessário um estudo mais detalhado e com comprovações que sustentem estas afirmações.

Em síntese, e focado no meio rural de Nova Petrópolis, trarei aqui algumas constatações que fiz sobre a segurança pública, as quais me instigaram ainda mais a pesquisar sobre essa temática. Entre elas esta a dificuldade que os residentes e transeuntes enfrentam para acionar os órgãos de segurança (Brigada Militar/Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal), ou em não saber quem deveria ser acionado ou qual atitude deveria ser tomada em cada caso específico.

O que também acontece com os turistas, pois informalmente sabe-se que no que tange a segurança, há receio destes em aventurar-se no meio rural e acabarem precisando acionar os órgãos de segurança e não serem atendidos, pois a maioria é oriunda de grandes centros, onde possuem mais recursos para uma possível necessidade de ajuda, diferentemente do meio rural, que por sua vez possui peculiaridades e limitações.

Trago estas informações, pois a meu ver elas estão diretamente relacionadas ao fato de que muitas ocorrências deixam de ser registrado devido a estes limitantes, também outro fator que preocupa são as dificuldades para acioná-los, pois informalmente já ouvi relatos que é comum residentes do meio rural não possuem meios de comunicação, ou suas localidades ter sinal telefônico é precário.

Aqui, cabe salientar que não é apenas por falta de aparelho, mas também pela dificuldade de comunicar-se no idioma oficial do país. Refiro-me a isso, pelo fato de que principalmente nos residentes mais velhos a língua alemã ainda é muito utilizada em Nova Petrópolis, tal fato por vezes causa vergonha por não conseguir comunicar-se, ou dos receptores em não entender o idioma falado.

A importância de tratar questões de segurança pública no meio rural se dá também pelo fato de que muitos residentes acabam tornando-se 'reféns' em suas propriedades, pois mesmo após alcançar condições que proporcionem que suas famílias possam desfrutar dos benefícios oriundos de muito trabalho, já ouvi relatos que é frequente e necessário que alguém permaneça na propriedade, devido à insegurança que os assombra.

Ou seja, são reféns da insegurança mesmo estando em liberdade, deixando por vezes de participar de eventos sociais nas localidades que residem, algo que ainda é muito preservado nas comunidades rurais de Nova Petrópolis, onde geralmente uma vez por ano através da união de esforços coletivos são organizados cultos, missas, bailes, o preparo das refeições, entre outras atividades, mantendo viva a tradição e costumes herdados.

Outro fator de imensa relevância é o número de policiais responsáveis pela segurança pública de Nova Petrópolis aptos a desempenharem atividades profissionais. Esta demanda será tratada em capítulo de modo especial muito em razão de que na segurança o ser humano não pode ser substituído totalmente, mas sim auxiliado de diversas formas.

Diante de sua complexidade pretendo me debruçar sobre o tema proposto, e com isso conseguir responder algumas perguntas e dúvidas que particularmente possuo, podendo elas também ser as mesmas de outras pessoas. O município de Nova Petrópolis é reconhecido nacionalmente através de lei federal como a capital nacional do cooperativismo, tem o turismo como um dos mais importantes pilares de sua economia, é lindeiro a municípios importantes como Gramado, um dos principais destinos turísticos do país, Caxias do Sul, um dos maiores município do estado, entre outros.

Apenas através de algumas informações até aqui elencadas, já podemos vislumbrar que a circulação de pessoas em Nova Petrópolis é expressiva, e que muitas delas irão deslocar-se ao meio rural. Para tanto, se torna essencial conhecer como esta a segurança no

meio rural do município, com isso, meu problema de pesquisa será analisar e descrever: Quais as maiores dificuldades encontradas no meio rural de Nova Petrópolis referente à segurança das pessoas e de seu patrimônio?

O objetivo geral deste trabalho é descrever quais os maiores problemas enfrentados pelos residentes do meio rural referente à segurança pública na área territorial de Nova Petrópolis, já os objetivos os específicos são três, um deles é analisar, caracterizar e verificar quais as percepções dos residentes do meio rural referente à segurança pública no período entre 2007 e 2016 no município, o seguinte é identificar se existem ações específicas voltadas à segurança do meio rural, e o outro é identificar se existem reivindicações encaminhadas aos órgãos de segurança pública referente à segurança no meio rural.

Acredito ser um tema relevante, pois ele se inter-relaciona com diversas outras temáticas e também por que trata diretamente sobre nosso bem mais precioso, “a vida”. A afirmação abaixo descrita ratifica meu ponto de vista, porém na prática, acredito que o caminho seja longo para que ações concretas e permanentes de fato aconteçam.

A preocupação dos cientistas sociais com esse eixo temático vai de par com a da sociedade e tem reflexo nas políticas de ciência, que passam a destinar um volume maior de recursos para pesquisas na área, produzindo, como consequência, a especialização de novos pesquisadores e a institucionalização de novos grupos de pesquisa. Isso é o que tem ocorrido, por exemplo, com o eixo temático violência/segurança pública, eixo que, tal como o da desigualdade, assumiu posição proeminente no quadro das ciências sociais brasileiras (CARVALHO; DIAS, 2011, p.66).

Conhecer como esta a segurança no meio rural se torna importante também na busca pelo desenvolvimento rural, pois é sabido que entre suas premissas ele possui a busca por transformações sociais e também econômicas, o que poderá fazer com que criminosos migrem suas ações para estes locais.

No intuito de saber como está temática vem sendo enfrentada no município, de antemão realizei algumas pesquisas em mídias digitais diversas, também entrei em contato com profissionais ligados ao meio rural do município.

Nas pesquisas digitais encontrei pouca informação sobre o assunto, na maioria eram sites e blogs noticiando ocorrências, nada em específico sobre pesquisas, porém houve unanimidade das pessoas que conversei em afirmarem que de fato é uma preocupação recente e que desconheciam estudos já realizados, sendo assim, o “estado da arte” referente à segurança no meio rural de Nova Petrópolis, parece estar inerte.

A mesma constatação que fiz, também é defendida por Rolim (2007, p.41), que afirmou o seguinte “como costuma ocorrer em todos os demais temas cruciais da segurança

pública em nosso país, carecemos de dados e estudos específicos que estimem o custo do crime e da violência no Brasil”.

Baseada na afirmação de Fonseca (2002) que escreveu que a metodologia “é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência” (apud GERHARDT, 2009, p.12), a qual é complementada em Fonseca (2002, p. 11) quando referenciou que “o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado”.

Ainda tratando da metodologia utilizei também o método diário de campo, que segundo BOGDAN e BIKLEN (1994) “É o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da coleta de dados” (apud GERHARDT, 2009, p.76).

Norteadas pelas afirmações acima descritas o presente trabalho de conclusão possui a intenção de segui-las, pois a metodologia é de vital importância para uma boa pesquisa, com isso poderemos entender ou nos aproximarmos daquilo que estamos nos propondo a investigar.

Nesse trabalho, a pesquisa foi realizada através de um questionário que continha questões, eram 18 perguntas fechadas e apenas uma aberta, e como complementação da pesquisa, ao final de cada entrevista para aplicação do questionário registrei através de diário de campo as percepções que mais me chamaram a atenção durante a ‘conversa’ com os participantes. Salientando que a pesquisa foi realizada com o intuito de ser aplicada, contudo, para que isso ocorra depende do que for por ela constatado, podendo ela ser utilizada na resolução de problemas específicos, caso sejam identificados.

A única pergunta aberta do questionário foi destinada a contemplar uma oportunidade de ser tratado ou incluído algum assunto não abordado no questionário, e a complementação realizada por mim ao final de cada entrevista foi realizado com o intuito de deixar as pessoas mais a vontade para falar sobre assuntos envolvendo segurança pública. Alguns destes assuntos ou percepções trarei ao longo do trabalho, o método que pretendo utilizar quando for necessário trazer informações sobre determinada pessoa, será de utilizar o nome da localidade a qual ele(a) pertença, assegurando com isso o anonimato.

As partes envolvidas sejam elas vítimas, acusados ou ainda servidores públicos, precisam ser tratados com a maior precaução possível, a fim de não serem expostos a riscos desnecessários. Principalmente por se tratar de algo que normalmente os atores sociais envolvidos não gostariam de passar, nesse caso a ética em uma pesquisa é algo importantíssimo, do contrário pode comprometer a lisura de todo o restante do trabalho.

Os questionários foram aplicados a uma pessoa de cada uma das 26 localidades descritas na tabela 1. A ideia inicial era aplicá-los somente aos representantes das localidades do meio rural do município, porém devido à disponibilidade, voluntariedade e ainda pelo fato de descobrir durante a pesquisa que alguns destes representantes não eram residentes das localidades resolvi mudar o critério inicial de escolha.

Passei a escolhê-los da seguinte forma: a prioridade era entrevistar o representante, todavia caso surgisse alguma das peculiaridades descritas anteriormente, foi escolhido aleatoriamente na localidade um participante, com isso acredito que a pesquisa ficou mais completa, pois contemplou a participação de pessoas de 26 distintas localidades, as quais estão descritas na tabela 01 apresentada a seguir.

As informações sobre a quantidade de localidades existentes no meio rural do município obtive de funcionários da EMATER/ASCAR-RS, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) de Nova Petrópolis, e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, fui informado que atualmente são 30 (trinta) localidades, porém quatro delas se encontram em área considerada ‘rurbana’, pois apresentam características urbanas e também práticas rurais.

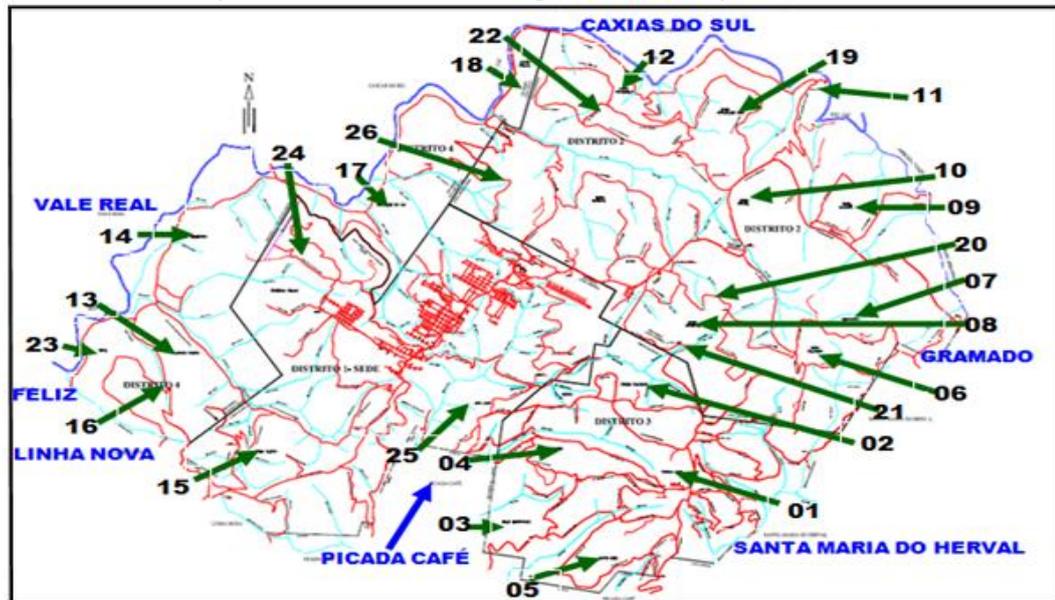
Tabela 1. Localidades que foram aplicados os questionários da pesquisa.

| Ord | Localidade | Ord | Localidade |
|------------|-------------------|------------|----------------------|
| 01 | Pinhal Alto | 14 | Linha Temerária |
| 02 | Treze Colônias | 15 | Linha Olinda |
| 03 | Feliz Lembrança | 16 | Stile Eck |
| 04 | Nova Harmonia | 17 | São José do Caí |
| 05 | Santa Inês | 18 | Pirajá Baixa |
| 06 | Nove Colônias | 19 | Linha Gonçalves Dias |
| 07 | Chapadão | 20 | Morro da Fome |
| 08 | Linha Imperial | 21 | Schmalzthal |
| 09 | Linha Araripe | 22 | Linha Brasil Fundos |
| 10 | Linha Brasil | 23 | Tirol |
| 11 | Pedancino | 24 | Ninho das Águias |
| 12 | Riachuelo | 25 | São Jacó |
| 13 | Arroio Paixão | 26 | Linha Pirajá Alta |

Fonte: Elaboração própria (2017).

O mapa 2 apresenta a localização das 26 localidades rurais alvos do estudo, e também os municípios limítrofes. As localidades receberam numeração baseadas na tabela 1, com isso acredito que a ilustração facilite o entendimento, ficando o trabalho de conclusão dividido em quatro capítulos norteados pelo tema proposto.

MAPA 2. Localização das localidades do município, com numeração baseada na tabela 1.



Fonte: Elaboração própria a partir do mapa 1 FEE/mapas (2017).

O primeiro capítulo é destinado à introdução, no segundo tratarei sobre a segurança pública e o policiamento comunitário, onde farei também contextualizações teóricas e elencarei algumas peculiaridades como a estrutura dos órgãos de segurança pública de Nova Petrópolis, aspectos históricos, percepções dos residentes, atuação da comunidade urbana e rural no auxílio aos órgãos de segurança pública, entre outras, ratificando que será dada ênfase ao período compreendido entre os anos 2007 a 2016.

O terceiro é destinado a análises e percepções contemporâneas sobre a insegurança no meio rural do município, como é a comunidade rural em relação à moradia e comunicação, quais são as conexões entre comunidade e órgãos de segurança e como os moradores as avaliam, também buscarei descrever quais as consequências da insegurança no meio rural e sua correlação com o êxodo rural e ainda considerações acrescentadas pelos participantes sem serem ‘provocadas’.

Juntamente no terceiro capítulo irei discorrer sobre uma possível implementação de policiamento comunitário no meio rural de Nova Petrópolis, e o quarto e último capítulo será finalizado com as considerações conclusivas que fiz através desta pesquisa.

2. SEGURANÇA PÚBLICA E O POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO: CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS E SUAS PECULIARIDADES

Nesse capítulo irei fazer uma contextualização ampla sobre a segurança pública, falarei também sobre os órgãos oficiais de segurança que desempenham atividades em Nova Petrópolis e ainda sobre o policiamento comunitário, pois direta ou indiretamente todos contribuem para que os direitos sociais sejam garantidos, principalmente no que diz respeito à segurança.

Devido a esta complexidade do tema e pela dificuldade de encontrar literatura específica sobre a segurança pública com vistas apenas ao meio rural, fiz uma revisão mais abrangente sobre a temática. A abrangência se justifica apenas analisando o Anuário Brasileiro de Segurança Pública referente aos anos de 2015 e 2016, onde em nenhum momento foi mencionada sequer a palavra rural. Tampouco encontrei dados sobre a segurança pública no meio rural de Nova Petrópolis, o que para mim demonstra o total abandono que o meio rural vem recebendo no que tange a segurança pública (FÓRUM, 2015/2016).

Necessitamos tratar a segurança pública de forma equânime em todo o território nacional, sem distinção de índices de criminalidade, pois é comum ouvirmos noticiários que criminosos estão migrando para locais afastados do perímetro urbano e pouco assistidos pelo poder público, gerando com isso uma total sensação de insegurança.

Segurança, assunto tão em voga nos dias atuais que ainda carrega consigo uma falta de conceituação formada, tanto é que Rodrigues (2013, p.01) destacou: “Alguns autores consideram-no tão associado a valores intangíveis que se torna impossível chegar a uma definição comum, por mais argumentos e evidências que se invoquem”.

A complexidade do assunto assume proporções interessantes de se destacar que o próprio governo federal defende publicamente que:

O processo de construção da segurança pública passa pela reunião dos esforços de toda a comunidade. Desde os cidadãos e as cidadãs, associações comunitárias, organizações não-governamentais, passando por pesquisadores, estudiosos, profissionais e órgãos municipais, estaduais, distritais e federais, parceiros essenciais nesta empreitada (BRASIL, 2013).

Nossa Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) promulgada em 1988, também chamada de Constituição Cidadã, resume com clareza no artigo 144 sobre de quem é a responsabilidade pela segurança pública, porém grande parte da população desconhece sua parcela de responsabilidades, e com isso deixa apenas ao Estado sua execução.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) traz em seu artigo 144 a seguinte redação:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem à **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”(BRASIL,1988).

Já a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CERS/89) em seu artigo 129 diz que:

A Brigada Militar, dirigida pelo Comandante-Geral, oficial do quadro da Polícia Militar, do último posto da carreira, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem à **polícia ostensiva, a preservação da ordem pública**, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar (CERS/1989).

O Decreto Nº 50.313 de 13 de Maio de 2013, que conceituou em seu artigo 5º o que venham a ser Serviços Integrados de Segurança Pública Rural: “Consideram-se, as ações preventivas, ostensivas, repressivas, investigativas, judiciárias estaduais, incorporando-se as ações sociais comunitárias rurais, desenvolvidas em âmbito rural e urbano, voltadas ao combate dos crimes de abigeato e abate irregular de animais” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2013).

No entanto, saliento que não irei me ater a crimes específicos, somente farei referência ao crime citado no decreto número 50.313 que fala sobre ações voltadas ao crime de abigeato e abate irregular descrito anteriormente, a referência é que a Lei 13.330 de 02 de agosto de 2016 modificou a redação deste crime e o incluiu no artigo 155 §6º do Código Penal (CP) passando sua previsão legal a tipificação de furto qualificado (BRASIL,2016).

Sigo trazendo uma importante constatação feita por Soares (2006, p. 93)

As explicações para a violência e o crime não são fáceis. Sobretudo, é necessário evitar a armadilha da generalização. Não existe o crime, no singular. Há uma diversidade imensa de práticas criminosas, associadas a dinâmicas sociais muito diferentes. Por isso, não faz sentido imaginar que seria possível identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade.

Em meu ponto de vista, analisar o crime holisticamente acredito que seja a melhor forma de combatê-lo, pois através disso serão encontrados elementos que subsidiem ações pontuais, e trará certamente uma probabilidade maior de êxito, tornando-se fundamental também quando tratamos de segurança das propriedades rurais, pois elas já estão

relativamente em desvantagem se as compararmos com as propriedades do meio urbano, digo relativamente devido às concentrações de ações da segurança pública quase em sua totalidade serem voltadas aos locais de maior densidade populacional.

As afirmações feitas por Soares são importantes, e ratificam a necessidade da segurança pública dar atenção especial ao maior número possível de cidadãos. O mesmo autor, em outra obra aprofunda quando diz:

Hoje, o medo da sociedade não é ilusório nem fruto de manipulação midiática. O quadro nacional de insegurança é extraordinariamente grave, por diferentes razões, entre as quais devem ser sublinhadas as seguintes: (a) a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida; (b) a exclusão de setores significativos da sociedade brasileira, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. (c) a degradação institucional a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade: o crime se organiza, isto é, penetra cada vez mais nas instituições públicas, corrompendo-as, e as práticas policiais continuam marcadas pelos estigmas de classe, cor e sexo (SOARES, 2003, p.76)

Acredito que Soares foi muito preciso em sua afirmação, pois não são as mídias sociais que estão produzindo esta sensação de insegurança nas pessoas, algumas até podem ser fruto de manipulação, porém a grande maioria é embasada em informações reais e muitas vezes acompanhada *in loco* pelos profissionais de comunicação, e também pelas vítimas que em determinadas situações são surpreendidas não havendo possibilidade de reação, e em raras ocasiões monitoradas por câmeras de vigilância, fator que auxilia e muito ações imediatas dos órgãos de segurança pública e privada, minimizando com isso marcas físicas e psicológicas que as vítimas geralmente carregam consigo pelo resto da vida.

O medo da sociedade confirma em partes o motivo do crescimento em ritmo acelerado da segurança privada em nosso país, principalmente nos últimos anos, porém como é a segurança pública tema que esta em voga neste trabalho, não irei correlacioná-los. Apenas trarei uma citação que ilustra muito bem a distinção entre os tipos de segurança (pública/privada).

Em linguagem coloquial, a distinção entre a segurança pública e a segurança privada pode ser estabelecida a partir do pressuposto de que a segurança pública não entra em casa (sem o seu acionamento por alguém ou sem um mandado) e a segurança privada não vai à rua (MELO, 2010, p.130).

A Brigada Militar também tem demonstrado preocupação sobre a segurança no meio rural, tanto é que traz na Nota de Instrução Operacional N° 042 de 20 de Julho de 2015 no tópico execução letra 'a' que versa sobre a contextualização nos itens 3 e 4 a seguinte redação:

3) Igualmente, nas zonas interioranas e rurais, tem-se observado o fenômeno da migração criminal, quando ações criminosas características de centros urbanos, passam a ocorrer em tais áreas que possuem densidade populacional menor.

4) Essa situação passou a exigir dos organismos policiais a adoção de novas estratégias - notadamente em conjunto com as comunidades - que visem recuperar os espaços ocupados pelo crime e que promovam, de forma efetiva, a segurança da comunidade (BRIGADA MILITAR, 2015, p.01).

“O mais grave que se pode inferir da análise da insegurança da população é a certeza de que ela produz um aprofundamento da injustiça social, uma vez que há correlação direta entre Segurança Pública e desenvolvimento” (BALESTRERI, 2010, p.60).

2.1 ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA PETRÓPOLIS

Como já elencado oportunamente, no município a segurança pública é desempenhada por três órgãos oficiais, no entanto reitero que serão contextualizadas apenas informações referentes à Brigada Militar e a Polícia Civil que são órgãos subordinados ao poder executivo estadual.

Mesmo a Polícia Rodoviária Federal possuindo sede física na área do município e de certa forma acabe auxiliando os demais ela não será problematizada nesta pesquisa, visto que suas ações típicas são voltadas as rodovias federais, e como estas não cruzam diretamente nenhuma localidade alvo do estudo acredito que não se justifica o aprofundamento.

2.1.1 BRIGADA MILITAR DE NOVA PETRÓPOLIS

As informações descritas neste tópico referente à história do Pelotão de Nova Petrópolis foram disponibilizadas por seu atual comandante, elas foram adaptadas e organizadas a fim de facilitar o entendimento.

Por na data de sua criação a Vila de Nova Petrópolis pertencer ao município de São Sebastião do Caí foi obtido através de relatos de antigos moradores onde estes afirmam que os primeiros registros da presença de policiais militares conhecidos como “brigadianos” na então Vila de Nova Petrópolis foi no ano de 1932, naquele tempo uma dupla de policiais vinham todo o dia de São Sebastião do Caí e permaneciam vinte e quatro horas de serviço em um porão de uma casa onde atualmente se encontra edificada a Escola Padre Werner na Rua Frederico Michaelsen.

A partir da emancipação municipal no dia 28 de fevereiro de 1955, foi criado o Destacamento Policial com efetivo fixo oriundos do 3º Batalhão de Polícia (BP) de Porto Alegre, sendo seu primeiro Comandante o Sargento Onécio Da Vara.

Em 1967 houve uma intensa reformulação na Brigada Militar, vindo esta a assumir o Policiamento Preventivo e Ostensivo, passando então o Destacamento Policial a denominar-se Grupo de Policiamento Militar subordinado ao 3º Pelotão de Canela.

Foram diversas mudanças de nomenclatura e de comandantes até chegar à denominação que utiliza atualmente que é de 3º Pelotão de Nova Petrópolis, o qual atua subordinado à 1ª Companhia de Polícia Militar esta por sua vez subordina-se com o 1º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPAT), ambos com sede em Gramado, sendo que o 1º BPAT subordina-se ao Comando Regional de Policiamento Ostensivo da Serra – (CRPO/SERRA) e este último diretamente ao Comando Geral da Brigada Militar, ficando esquematizado numa ordem decrescente da seguinte forma: Comando Geral, CRPO/Serra, 1º BPAT, 1ª Cia, 3º Pelotão, cabe salientar que é subordinado ao 3º Pelotão e conseqüentemente aos demais, o Grupo de Polícia Militar de Picada Café, município onde se localiza um dos polos do PLAGEDER.

Em 1986, após intensa mobilização do comando da BM local e seus integrantes, juntamente com o poder público municipal, foi concluída a obra onde é localizado o prédio sede do Pelotão de Nova Petrópolis, sito a Rua Hermann Deppe, 59, Bairro Logradouro, sendo o prédio próprio da BM, tendo uma área construída de 595,2 m².

O Pelotão de Nova Petrópolis desempenha suas atividades em diversos eventos que ocorrem que ocorrem no município, tais como: Verão no Jardim da Serra Gaúcha, Magia de Páscoa, Festimalhas, Festival do Folclore, Campeonato de Futebol de Campo Amador, Campeonato Open de Vôo Livre, Rural Show, Festa da Rádio Imperial, Apoio a autoridades, Natal no Jardim da Serra Gaúcha, etc.

Atualmente o Pelotão de Nova Petrópolis possui 20(vinte) policiais no seu quadro de servidores aptos a serem empregados na atividade de policiamento ostensivo, mais 04 (quatro) servidores do Corpo Voluntário de Militares Inativos (CVMI), sendo que estes últimos pelo fato de já serem considerados inativos não são escalados no policiamento ostensivo.

Cabe salientar que estes números podem variar devido a férias de servidores, afastamento por problemas de saúde, servidores destinados a operações especiais, apoiando outros municípios, entre outras missões. Já o número previsto pela Brigada Militar para o Pelotão de Nova Petrópolis seria de 32 policiais, ou seja, o número atual está muito aquém das expectativas.

2.1.2 POLÍCIA CIVIL

Já a Polícia Civil conta atualmente com 5 (cinco) servidores estaduais divididos entre comissários, escrivães e inspetores, mais 1(um) delegado de polícia.

Segundo traz a revista Perfil Socioeconômico a qual possui edições bienais e teve sua quinta edição publicada em janeiro de 2016 nela são elencadas informações importantes sobre a história dos órgãos de segurança no município, trazendo sobre a Polícia Civil que:

“A Polícia Civil iniciou suas atividades no município de Nova Petrópolis pouco tempo após sua emancipação política, por volta de 1958. Sua primeira sede esteve localizada na Rua 7 de Setembro, sendo posteriormente transferida para um prédio na esquina da Av. 15 de Novembro com a Rua Presidente Lucena. Seu primeiro Delegado foi o Dr. Vitor Gravo Teixeira, que atuou no município até meados da década de 60. Nos anos de 1979 e 1980, foi construído o atual prédio da delegacia, no período em que atuava o Delegado Dr. Geraldo Werle. Atualmente, a Polícia Civil de Nova Petrópolis também é responsável por atuar no município de Picada Café. (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE NOVA PETRÓPOLIS, 2016; p.58)”.

2.1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

Precisamos dar uma pausa para entender melhor as informações até aqui elencadas sobre a quantidade de servidores dos dois órgãos responsáveis pela segurança pública de Nova Petrópolis, pois eles confrontam-se com as informações trazidas no Projeto de Lei do Senado número 391 de 2015, o qual aguarda desde 02 de julho daquele ano a designação de relator, o qual tem em sua ementa estipular um número de policiais em atividade por habitante, estipulado em 300 habitantes por policial (BRASIL,2015).

Sendo assim, e baseado no PL 391 podemos concluir que o número de policiais em atividade em Nova Petrópolis está muito aquém do proposto neste projeto de lei, salientando que o projeto faz menção que neste total esta incluso o meio rural (BRASIL,2015).

Se o previsto no PL fosse seguido, seriam necessários em torno de 63 servidores, sem levarmos em consideração os transeuntes que através de informações extraoficiais passam de um milhão por ano. A quantidade de efetivo faz também com que algumas ocorrências deixem de ser atendidas de forma imediata, pois é necessária uma triagem a fim de verificar qual delas possui prioridade no atendimento, o que certamente contribui negativamente para sua resolubilidade.

Outro assunto que merece destaque quando falamos em segurança, é o Plano Nacional de Segurança Pública, o qual foi instituído pela Portaria 182 de 22 de Fevereiro de 2017. Cabe salientar que o plano não prevê em curto prazo sua implantação em municípios distantes dos grandes centros, ele fala apenas sobre capitais e regiões metropolitanas (BRASIL,2017).

Para que a segurança pública não dependa apenas do número de servidores, é necessário que os profissionais tenham pleno conhecimento de seu papel na sociedade, para

tanto, a afirmação abaixo defendida por Abreu deve ser encarada com o maior afinho possível.

Os órgãos policiais são prestadores de serviço, não são dominadores e centros de poder; são prestadores de um serviço fundamental para a sociedade, que é a segurança pública. Então, o estabelecimento dessas relações em que há um diálogo amplo com as bases comunitárias, com as pessoas, é fundamental para se buscar uma melhor qualidade de vida para essa comunidade (ABREU,2010, p.116).

2.2 ATUAÇÃO DA COMUNIDADE URBANA E RURAL NO AUXÍLIO AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DE NOVA PETRÓPOLIS

Na noite do dia 11/09/2017 fui convidado a participar da reunião mensal dos residentes do Vale do Caí que acontece sempre na primeira segunda-feira, sempre são convidados a participar todos os residentes da área territorial que compreende quatro localidades do município, neste dia a reunião foi realizada na localidade Linha Temerária.

Segundo os participantes geralmente eles contam com a presença do secretário municipal de agricultura, entretanto no dia 11 além do secretário se fazia presente também o comandante da brigada militar de Nova Petrópolis, o qual aparece fardado na imagem 2 e como eu também foi convidado pelo secretário, além de pouco mais de 20 moradores.

Neste dia, após a reunião apliquei o questionário a quatro representantes de localidades, lá ouvimos alguns anseios referentes à segurança pública no meio rural, porém a frase de um morador durante a reunião me chamou a atenção quando disse, “pela presença de vocês aqui na reunião e a preocupação com a nossa segurança, acho que agora conseguimos enxergar uma luz no fim do túnel, pois desde 1995 fazemos mensalmente estas reuniões e muitas vezes surgem assuntos sobre segurança e nunca tínhamos a quem recorrer, agora temos esperança”.

Imagem 1. Reunião na localidade Linha Temerária.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

O engajamento dos munícipes é algo extremamente relevante, pois mesmo sabendo que segurança pública é dever do Estado, mas com a consciência que a responsabilidade é de todos foi que através de uma união simples com semelhanças a esta aqui elencada é que surgiu já na década de sessenta um movimento em apoio aos órgãos de segurança pública, o que atualmente é oficialmente denominado Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Nova Petrópolis (CONSEPRO).

“Em 1965 realizou-se um primeiro movimento comunitário, no qual alguns colaboradores e amigos do então Delegado Dr. Hermínio Dutra, engajaram-se para juntar uma verba com a finalidade de pintar o prédio da delegacia. Este movimento deu origem ao que viria a se tornar o primeiro CONSEPRO surgido no Rio Grande do Sul, modelo este, depois copiado por muitos outros municípios (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE NOVA PETRÓPOLIS, 2016; p.58)”.

O CONSEPRO de Nova Petrópolis tornou-se fundamental para o desempenho das atividades de segurança pública, onde através desta “parceria” os órgãos de segurança conseguem manter-se sem depender exclusivamente do estado.

Para tanto, o CONSEPRO foi incluído na Lei Orgânica do Município de Nova Petrópolis N° 1.143 de 28/02/1990 atualizado até Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 011 de 17/05/2012 que em seu artigo 86 § 3º traz a seguinte redação:

“O CONSEPRO passará a ser órgão municipal encarregado de coordenar a política de Segurança Pública no Município e será constituído pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, líderes de bancada, titulares dos órgãos de segurança oficialmente existentes no Município e, ainda, pelos titulares de cada entidade existente no Município que, elegerão a Diretoria (PMNP, 2017)”.

Segundo consta no site oficial da prefeitura em notícia veiculada no dia 17/11/2015 a qual informava que houve aumento nos repasses ao CONSEPRO a partir de 2013 a matéria traz que em 2012 foi repassado pela administração municipal o valor de R\$ 70.200,00 já em 2013, o total foi de R\$ 93.600,00 diante disso o prefeito Regis Luiz Hahn fez a seguinte afirmação:

A parceria com o Consepro resulta em uma Nova Petrópolis ainda mais segura. “Com mais recursos, o Consepro consegue desempenhar melhor seu papel. Nossa cidade é segura e queremos garantir que continue assim. O aumento dos repasses também fortalece o acordo entre Administração Municipal e entidade, criando uma parceria ainda mais sólida”, destacou o prefeito (PMNP, 2015).

O mesmo site da prefeitura em 24/02/2017 noticia que o município irá repassar ao CONSEPRO no ano de 2017 através de termo de parceria, o montante de R\$ 126.000,00 (cento e vinte seis mil reais) para contribuir com o bom funcionamento dos órgãos de segurança pública (PMNP, 2017).

Marcos Michaelson atual presidente do CONSEPRO de Nova Petrópolis em entrevista ao jornal pioneiro dia 01/02/2017 afirmou: “o conselho estipula uma meta e sempre conta com a forte parceria com empresas e pessoas físicas. Estamos sempre unidos para dar o nosso apoio aos policiais que sempre nos socorrem. Fazemos por gratidão — afirma o presidente. Segundo a matéria os valores repassados pelos colaboradores são destinados a melhorias nas instalações físicas dos órgãos de segurança, e o Capitão Jorge Mascarin comandante do pelotão de Nova Petrópolis na mesma matéria ressalta que “o apoio da comunidade representa a confiança e o reconhecimento no trabalho desempenhado pela guarnição” (COMUNIDADE, 2017).

Neste tópico importante que trata da atuação da comunidade, gostaria retomar as considerações que observei durante a participação da reunião dos residentes do Vale do Caí realizada no dia 11/09/17, neste dia em menos de uma hora de reunião os residentes trataram da prestação contas, de demandas dos moradores, receberam a informação do secretário de agricultura que o Vale receberá nos próximos 15 dias um trator do poder público municipal, entre outros assuntos, isso demonstra a capacidade de organização e preocupação que estas pessoas possuem com os locais onde residem, ratificando a atuação proativa dos munícipes do meio rural de Nova Petrópolis.

A possibilidade de resolver eventos sobre segurança em conjunto com toda a comunidade parece ser um dos motivos que faz os residentes ficarem mais interessados em falar sobre a temática. Como grande parte da população urbana, os residentes do meio rural também gostariam de receber maior atenção dos órgãos de segurança, em especial aqueles pouco mais de 45% dos participantes que relataram que já tiveram em suas localidades policiamentos comunitários ou rurais mesmo que esporadicamente, chegando alguns a descreverem minuciosamente suas percepções sobre o período que contaram com o serviço.

Na localidade de Linha Brasil o presidente relatou que no passado tiveram policiamento comunitário, segundo ele isso facilitava o contato direto e próximo dos moradores, porém aos poucos estes policiais começaram a ir trabalhar esporadicamente no policiamento do município como um todo e com o passar dos tempos o policiamento exclusivo na localidade terminou.

Estas constatações foram reafirmadas pelos participantes da Linha Araripe onde salientaram que antigamente tinha policiais que moravam na Linha Brasil e faziam policiamento nas localidades, porém hoje em dia é difícil conseguir a presença deles até em festas tradicionais das localidades.

Constatação semelhante fez o participante da localidade Treze Colônias, ele contou-me que sempre residiu na localidade e atualmente trabalha na secretaria de agricultura do município, fatores que o fazem ter contato com pessoas de distintas localidades do município, sendo comum ouvir relatos de pessoas preocupadas com a segurança no meio rural. Finalizou dizendo que ele se sentia mais seguro quando tinha policiais que residiam e patrulhavam as localidades do interior, e que falta troca de informações entre moradores e brigada militar.

Discordando daqueles que afirmaram que se houvesse policiamento com foco nas localidades rurais faria os residentes se sentirem mais seguros, cinco participantes não concordaram com a maioria, isso mostra que para em torno de 20% dos entrevistados o simples fato de contar com este modelo de policiamento não é suficiente para aumentar a sensação de segurança.

Seguindo na questão da sensação de segurança apliquei o questionário a uma senhora da localidade de Nova Harmonia que estava em frente à propriedade juntamente com seu filho aguardando o transporte para a escola, segundo ela por mais que o interior pareça tranquilo, a família prefere manter cuidado, falou que poucas vezes necessitaram chamar a polícia, e que dificilmente estes fazem patrulhamento na localidade, porém destacou que no passado isso era mais frequente.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Diante das informações que o município de Nova Petrópolis possui um CONSEPRO atuante e que os residentes do meio rural em minha opinião, e ratificado nesta pesquisa que possuem certo grau de vigilância própria, a qual poderíamos chamá-la de “vigilância comunitária”, devido ao fato que dificilmente alguém irá passar nas adjacências de suas propriedades sem chamar a atenção dos moradores, precocemente me levam a concluir ser fatores que poderiam ser explorados no caso de uma possível criação de bases de polícia comunitária.

Esse “novo” modelo policiamento se sustenta na presente pesquisa, em especial nas perguntas do questionário voltadas ao ‘comunitário’, sendo ele alternativa para maximizar a segurança do meio rural de Nova Petrópolis, onde os residentes teriam um canal direto e próximo de comunicação com os órgãos oficiais de segurança pública, podendo auxiliá-los diretamente nas localidades.

Esta ‘parceria’ que vem dando certo no município desde a década de 60 onde a comunidade auxilia os órgãos de segurança de diversas maneiras poderia favorecer uma

possível implementação de bases comunitárias em determinadas localidades do meio rural do município, os servidores que trabalham nas bases são chamados de polícia comunitária que Trojanowicz (1994 p.04) a define da seguinte forma:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (apud BRASIL, 2013, p.457).

O modelo conceituado por Trojanowicz, é também partilhado por (BENGOCHEA et al. 2004, p.119-131) quando diz:

É necessário investir em uma concepção de polícia cidadã, que é um conceito que se desdobra numa série de dimensões. Por exemplo, a questão da participação comunitária, que inexistia na polícia tradicional, uma vez que ela não foi concebida para isto, é um fator permanente na polícia cidadã, pela aproximação de seus integrantes à população e pelo comprometimento com a segurança pública no local de trabalho, surgindo aí o policiamento comunitário.

No mesmo texto, Bengochea et al.(2004, p.119-131) afirma que “A polícia atual pretende para investigar, enquanto a polícia cidadã deveria investigar para prender, seria uma polícia mais inteligente”.

Baseado nesta pesquisa, este modelo de polícia seria apoiada pelas 26 localidades participantes, pois houve unanimidade em responderem que caso tivesse possibilidade de implementação ou retomada do policiamento comunitário ou rural, todos acreditavam que haveria apoio dos residentes de suas localidades.

O apoio viria de distintas formas, como a relatada pela senhora participante da localidade Nove Colônias, na conversa com ela e sua família, narraram que no passado um policial e sua família moravam em uma escola desativada na localidade, a senhora disse que só o fato de saber que tinha polícia na localidade, ‘as pessoas já se comportavam’. Comentou também que para ela era uma satisfação presentear-los com cucas, pães, frutas, geleias, saladas, leite, ovos, etc... E que hoje em dia vai com seu neto fazer doações aos bombeiros voluntários do município.

Concluo este capítulo do trabalho com uma citação importante a qual concordo plenamente, onde Balestreri (2010, p.61) afirma que “infelizmente, a tecnocracia estatal, de maneira geral, de todos os governos, de todos os Estados, ainda não compreendeu suficientemente a relação entre Segurança Pública e educação, empreendedorismo, civismo, desenvolvimento”.

No capítulo seguinte muitas destas relações serão evidenciadas pelos residentes das localidades da pesquisa, com narrativas de fatos verídicos sobre segurança pública.

3. ANÁLISES E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A INSEGURANÇA NO MEIO RURAL DE NOVA PETRÓPOLIS.

Reiterando que a grande maioria do que foi constatado sobre a segurança pública no meio rural do município foi acumulado através da aplicação de questionário que continha 19 perguntas e complementado por diário de campo, sendo sempre aplicado a pessoas voluntárias que receberam explicações do formato e destinação da pesquisa. Como os assuntos possuem inter-relações, este capítulo buscará contextualizar o que foi acumulado.

Para facilitar ainda mais o entendimento, os subcapítulos subsequentes irão dimensionar as perguntas e respostas das questões divididos da seguinte forma: Início refletindo sobre comunidade rural, suas relações com o local de moradia e a comunicação entre moradores. Logo após descrevo a relação da comunidade com os órgãos de segurança pública. Salientando que esta dimensão foi a que mais ocupou espaço nos questionários aplicados.

Sigo analisando como os residentes avaliam a segurança pública com ênfase na década de 2007 a 2016. Também investiguei se a falta de segurança produz efeitos na comunidade rural e se há contribuições para o êxodo rural. E finalizo abrindo espaço para transcrever apontamentos feitos por participantes.

3.1 COMUNIDADE RURAL: RELAÇÃO DE MORADIA E COMUNICAÇÃO.

A relação de pertencimento de uma comunidade é algo importante de ser verificado, sendo confirmado através dessa pesquisa que 100% dos participantes residiam no meio rural do município a mais de dez anos, com isso, todos vivenciaram *in loco* as peculiaridades sobre segurança pública durante o período proposto a ser pesquisado neste trabalho.

Podemos analisar as constatações também sobre a ótica do êxodo rural, o que mostra que o êxodo não tem sido muito presente no município, pois os participantes foram escolhidos aleatoriamente de distintas localidades e todos (as) residiam nos mesmos locais a mais de uma década.

Essa relação de pertencimento aliada à preocupação com segurança tem maximizado a comunicação direta entre os residentes do meio rural. Ratificado aqui que em torno de 90% de localidades utilizam comunicação direta entre os moradores, sendo isso um dos pontos que mais me chamou a atenção durante o estudo.

A comunicação interna nas localidades é comumente comentada informalmente pelos residentes, e agora de fato por mim confirmada. Isso mostra que a tecnologia neste caso

específico a da comunicação, se faz presente também nos locais mais longínquos do meio urbano, provando que os residentes do meio rural não devem mais ser tratados como atrasados ou isolados da civilização como muitos ainda os veem. Contudo alguns residentes entrevistados relataram-me fatos positivos e negativos sobre a comunicação.

Como fato positivo, entrevistei uma mulher e seu pai que são moradores da localidade de Linha Olinda, sua residência é localizada próximo a um entroncamento que dá acesso a várias localidades do município, ela contou-me que é comum os moradores trocarem informações sobre situações suspeitas através de grupo que possuem no aplicativo WhatsApp, porém que ela ainda não participa do grupo, mas que repassa as informações a sua filha que transmite aos demais moradores.

Situação semelhante relatou o morador da Linha Pirajá alta, porém com peculiaridade negativa, o participante disse que os moradores da localidade estão sempre atentos quando passa ‘alguém estranho’. No entanto ele falou que ainda não possui telefone, com isso sempre depende dos filhos para comunicar-se quando necessário.

Como já descrito oportunamente, a pesquisa contemplou atores sociais distintos, na localidade Pirajá Baixa encontrei uma senhora plantando feijão na beira da estrada com uma plantadeira manual conhecida no meio rural por “pica-pau ou matraca”, ela contou-me que logo sua localidade vai ter internet, algo que eles esperam há muito tempo, principalmente para atender os jovens e facilitar a comunicação entre os parentes e amigos.

A localidade Pinhal Alto também possui vários acessos a outras localidades e municípios, e é segundo relato do presidente da associação de moradores uma das mais visadas pelos criminosos, em especial pelo fato de possuir em torno de três mil moradores, e contar com infraestrutura diferenciada, tendo agência bancária, farmácia, posto combustível, escola, indústrias, etc...

O presidente mencionou que no ano de 2016 para levar internet fibra ótica a toda localidade foram investidos cerca de oitocentos mil reais na instalação de toda a rede, o investimento se deu com recursos oriundos de diversas fontes, inclusive dos moradores, isso fez com que aumentasse a comunicação entre todos, e conseqüentemente a segurança de suas propriedades e residências. Que devido a isso muitos já utilizam câmeras de vigilância com acesso pela internet, e finalizou dizendo que a localidade tem intenção de instalar câmeras de monitoramento em pontos estratégicos, que hoje eles possuem condições de fazer o cercamento eletrônico da localidade.

Os relatos dos participantes das distintas localidades do interior do município, a meu ver nos remetem a refletirmos sobre a forma como as comunidades rurais aplicam de fato uma

preocupação constante com os locais e com as pessoas onde residem. Também precisamos analisar a necessidade, dependência ou benefícios dos meios de comunicação, pois através deles podemos constatar que ainda há pessoas que sequer possuem um aparelho telefônico, já outros possuem em sua localidade internet de ótima qualidade que tem favorecido a comunicação.

A comunicação nas localidades não se restringe apenas a contatos à distância, também acontece interação direta (ao vivo) sendo esta última ainda à forma mais utilizada de comunicação segundo relatados dos participantes. Nestas trocas de informações é que geralmente os residentes costumam comentar fatos reais e com detalhes que aconteceram em suas localidades.

Diante disso, o questionário contemplava uma pergunta que tinha o intuito de saber se é comum acontecer das vítimas de ocorrências do meio rural deixarem de efetuar o registro dos fatos, pois sabemos que nem sempre os números estatísticos divulgados pelos órgãos oficiais mostram a realidade, nesta pesquisa em torno de 40% dos participantes responderam que conhecem pessoas de suas localidades que deixaram de efetuar o registro. Para ilustrar estes números trago relatos interessantes feitos pelos participantes.

Na localidade Ninhos das Águias encontrei um senhor realizando a limpeza do mato de sua propriedade que é localizada as margens da estrada que dá acesso ao ‘Ninho das Águias’, local este que segundo as placas de informações turísticas possui altitude próxima a 700 metros, e considerado importante ponto turístico do município. O morador concluiu dizendo que já viu acontecer muitos acidentes no local, sendo comum os envolvidos não chamarem a polícia para registrar ocorrência, geralmente pelo fato de ter algo de irregular com o veículo ou condutor.

O participante da localidade Santa Inês também relatou conhecer moradores da localidade que tiveram suas residências arrombadas e não fizeram o registro, que na época perguntou o motivo de não terem feito o registro e teve como resposta que o registro não traria as coisas de volta, e que não valeria a pena tirar a polícia do centro por pouca coisa.

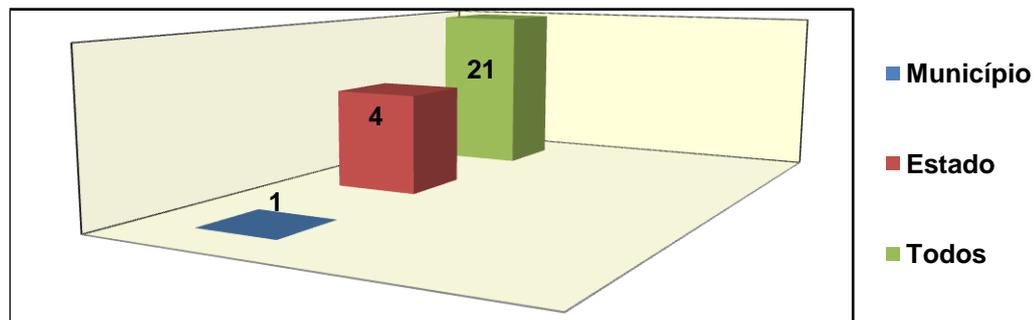
Retomando minhas observações feitas anteriormente, é devido a situações como as relatadas pelos participantes desta pesquisa que os números estatísticos não condizem 100% com a realidade.

3.2 RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE E ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

Esta relação inicia já em saber de quem é a que a responsabilidade pela segurança pública no meio rural, quanto a isso a pesquisa representada no gráfico 2 comprovou que não há grandes problemas em saber quem é ou são os responsáveis, pois a porcentagem expressiva de pouco mais de 80% dos participantes respondeu sermos todos responsáveis mesmo que indiretamente pela segurança pública. Isso mostra que os residentes do meio rural têm conhecimento que precisam fazer sua parte para contribuir na busca de mais segurança.

Com o conhecimento dos responsáveis passamos para a relação propriamente dita, a qual na maioria das vezes não ocorre da forma natural, é tendência que se inicie através de contato telefônico realizado aos órgãos de segurança e em situações de necessidades imediatas.

GRÁFICO 2- Em sua opinião quem é o responsável pela segurança pública no meio rural



Fonte: Elaboração própria (2017).

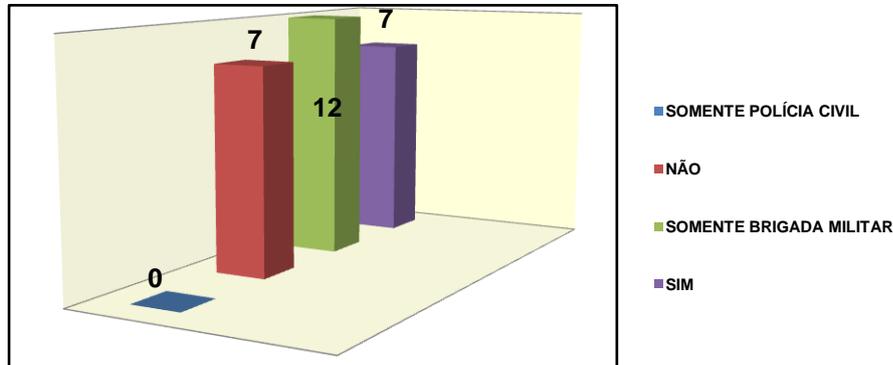
A fim de minimizar as dificuldades em momentos críticos, os residentes poderiam ir antecipadamente até as sedes físicas dos órgãos de segurança, contudo, somente pouco mais de 15% dos participantes disseram já ter visitado estes locais para solicitar informações ou orientações. O baixo número demonstra que os residentes do meio rural não costumam ir diretamente aos órgãos para tentar encontrar uma solução em conjunto que possa ser útil na resolubilidade dos problemas específicos.

Muitos relataram que costumam ligar para o 190 quando precisam de algo, porém cabe destacar que o número não deve ser utilizado nestas situações e sim somente para emergência. Diante disso a pesquisa buscou também explorar estas peculiaridades conforme exemplificado no gráfico 3. Analisando-o podemos verificar que há ambiguidades naqueles que responderam sim e na opção somente polícia civil.

Constatai isso durante a aplicação dos questionários quando indaguei alguns participantes qual era o número de emergência da polícia civil, ninguém soube me responder que era 197, mesmo assim para não constrangê-los foi mantida a resposta inicial por eles

indicada, o que me fez concluir que o número de emergência da polícia civil é pouco conhecido ou lembrado por grande parte da população.

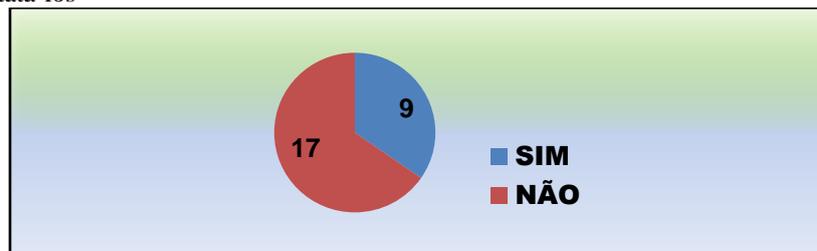
GRÁFICO 3- O(a) participante sabe o número do telefone de emergência da Brigada Militar e Polícia Civil



Fonte: Elaboração própria (2017).

Sigo analisando as relações ainda através dos meios telefônicos, com a pergunta apresentada no gráfico 4 que a meu ver possui grande importância principalmente para os residentes do meio rural. A importância se dá pelo fato dos números de emergência ser os mesmos para todos os municípios, com isso é comum efetuar ligações com o intuito de contatar o município X e a ligação ‘cair’ no município Y, diferentemente de efetuar ligação diretamente ao órgão desejado.

GRÁFICO 4- Além dos números de emergência dos órgãos de segurança o(a) participante sabe mais algum número para contatá-los



Fonte: Elaboração própria (2017).

Durante a entrevista que fiz no dia 18/09/2017 na localidade Linha Araripe com um casal de moradores lindeiros à rodovia 235, eles comentaram que devido à proximidade com o município de Gramado já aconteceu de moradores da localidade ligarem para o 190 a ligação cair naquele município, mesmo assim os policiais de Gramado foram atender a ocorrência, o agricultor concluiu dizendo, “para nós o importante é que a polícia venha, não importa de onde”.

Situação semelhante aconteceu com a moradora da Nova Harmonia, a senhora falou que deveria saber os números de telefone da polícia, mas salientou que como não tem

necessitado acaba deixando de lado, e contou-me que um vizinho precisou acionar a brigada militar e ligou para o 193 que é número de emergência dos bombeiros, porém que estes repassaram a ocorrência para a brigada militar.

Diferentemente dos dois relatos anteriores o participante da localidade Chapadão contou que já esperou viaturas passarem para fazer denúncia sobre um local que estaria sendo utilizado como esconderijo e desmanche de veículos, e que ficou sabendo que após investigação a polícia realmente encontrou peças e carcaças de veículos no local informado. Os relatos aqui descritos ratificam a importância da informação ou solicitação ser repassada a quem realmente deva recebê-la.

Pois os mesmos números telefônicos que referi serem importantes, são os utilizados por cerca de 65% dos participantes para denunciar ou repassar informações aos órgãos de segurança, o que pode ser fator importante para auxiliá-los, diferentemente da ligação conhecida popularmente como ‘trote’, que é frequentemente noticiada nos meios de comunicação como um problema enfrentado nas centrais de recebimento de ligações, e tipificada no Código Penal com a seguinte redação: “Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado” (BRASIL, 1940).

O trote pode influenciar também no tempo em que os órgãos de segurança demoram para comparecer aos locais solicitados, nesse estudo houve empate nas respostas dos participantes que consideraram demorado o comparecimento dos órgãos. Número que poderíamos considerar relativamente alto, pois a demora pode contribuir negativamente para a resolubilidade das ocorrências, se observarmos que geralmente as ações dos criminosos costumam ser rápidas.

Como existem os prós e contras nas denúncias, trarei aqui o relato de um morador e ex-presidente da localidade de São Jacó, o participante iniciou a conversa elogiando a iniciativa de alguém se preocupar com a segurança no meio rural, também contou uma situação que aconteceu com ele no passado, disse que numa manhã quando se deslocava para o centro do município passou por um veículo parado na localidade, notou que tinha vidros escuros, estava limpo e com placas de Novo Hamburgo, características que lhe chamaram a atenção e a suspeição, mesmo assim não denunciou, pois em sua opinião iria incomodar a polícia.

Depois de algumas horas foi informado que a casa de seu tio tinha sido assaltada, concluiu dizendo que depois deste fato não deixa mais de ligar para a polícia sempre que desconfiar de algo, disse ainda que o detalhe do veículo limpo foi o que mais levantou sua

suspeita. O relato do morador da localidade de São Jacó ratifica a importância de denunciarmos situações que considerarmos atípicas.

A grande maioria dos participantes da pesquisa relatou haver problemas pontuais ou em períodos esporádicos em suas localidades, mesmo assim é alta a porcentagem daqueles que solicitaram o comparecimento dos órgãos de segurança, foram mais de 70% responderam sim, e muitos contaram o motivo do acionamento, fazendo questão de deixar claro que de fato foi necessário, isso mostra que o meio rural não está tão tranquilo como alguns afirmam.

Mantendo-me nesta linha de apuração de fatos sobre o relacionamento das partes, a residente da Linha Imperial que sócia proprietária de um ateliê de artesanato localizado na mesma propriedade que se encontra um museu histórico familiar, local bastante visitado por turistas relatou-me que os moradores da localidade estão preocupados com alguns problemas pontuais que vem ocorrendo.

Segundo ela, muitos deles estão relacionados ao uso de drogas e que por isso estão chamando a brigada militar com frequência, contudo, falou que é comum os turistas comentarem que procuram a região por ser mais tranquila que os locais onde residem.

Outro relato que merece destaque é o do participante da localidade Linha Temerária, ele relatou que os moradores de sua localidade não gostariam, mas estão necessitando solicitar o comparecimento da polícia com frequência nos últimos tempos.

Entre as alegações para os acionamentos o participante pontuou um evento atípico que ocorreu no final do ano de 2016 que levou os moradores a passarem por um período complicado. A atipicidade foi devida a um desmoronamento de pista na BR-116 fazendo com que o trânsito entre Nova Petrópolis e Caxias do Sul passasse quase todo pela localidade, disse também que foram aproximadamente nove meses de desvio, e que a situação mudou a rotina da localidade.

Segundo ele o período serviu para os moradores compreenderem ou terem uma noção melhor dos problemas enfrentados com o trânsito nas grandes cidades, pois os acidentes se multiplicaram, as estradas pioraram, os criminosos começaram a agir, os furtos arrombamentos se intensificaram entre outros problemas que ocorreram.

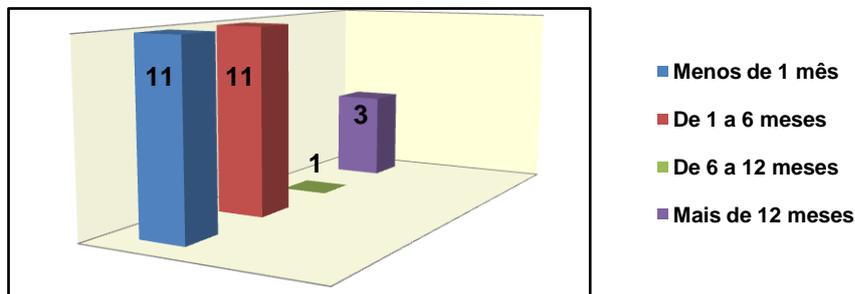
3.3 ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA: NA AVALIAÇÃO DOS MORADORES

Na busca de saber se houve necessidade de mais ou menos acionamentos dos órgãos de segurança, ou se estes realizaram mais ou menos policiamento na última década, uma

pergunta foi realizada neste sentido, sendo nela constatada divisão exatamente igual em cada alternativa. Ela foi complementada pelo questionamento constante no gráfico 5.

O questionamento merece cuidado na análise, pois pode ser vislumbrado de diversos ângulos, citarei alguns para que possa antecipar ponderações equivocadas, a começar pelo simples fato de viaturas passarem pela localidade, que para alguns pode não significar nada, já para outros ser algo de grande valia, também precisamos salientar que dos participantes que responderam que visualizaram viaturas há mais tempo, não podemos afirmar que em algum momento ela não possa ter passado e ele não tenha visto.

GRÁFICO 5- Qual foi a última vez que o(a) participante visualizou viaturas policiais em sua localidade



Fonte: Elaboração própria (2017).

Algumas observações envolvendo o passar de viaturas foram constatadas pelos moradores e por isso merecem ser evidenciadas. Na localidade Pirajá Alta o participante informou que há aproximadamente dois anos foi inaugurado um clube de tiro na localidade, com isso aumentou a circulação de viaturas, de policiais e de atiradores em geral. Revelou que em seu ponto de vista aumentou a segurança, e concluiu em tom de brincadeira “vem viaturas sem adesivo ali no clube e com policiais sem farda, para nós é tranquilo, mas os bandidos devem ficar com medo”.

Com semelhanças ao relato anterior trago o que disse o entrevistado da localidade Chapadão. O morador falou que sua localidade tem um local onde a polícia faz treinamentos, com isso é comum passar viaturas, porém notou que nos últimos anos aumentou muito o fluxo de veículos ‘estranhos’ que passam pela localidade, e a diminuição do número de viaturas.

Diante das constatações feitas neste tópico, acredito que podemos concluir que mesmo aparentando não ter muito significado, o patrulhamento (passar) de viaturas no meio rural pode frustrar ações criminosas que iriam acontecer, e também uma maneira de colher informações *in loco* daqueles que não possuem meios de comunicação para contatar os órgãos de segurança, destacando ainda que policiamento preventivo pode ser mais eficaz que o repressivo.

3.4 CONSEQUÊNCIAS DA INSEGURANÇA NO MEIO RURAL E SUA RELAÇÃO COM O ÊXODO RURAL

A insegurança pode ter relação direta com o desenvolvimento rural, o qual para acontecer leva em consideração diversos fatores, inclusive em investimentos que possam contribuir para que os residentes consigam melhorar sua qualidade de vida. Sendo assim, os 65% participantes entrevistados representam o número elevado de pessoas que apresentam certo receio ou preocupação em investir.

O êxodo rural relacionado à insegurança também foi destacado por mais de 20% dos participantes, estes informaram que conheciam residentes que deixaram o meio rural influenciados pela falta de segurança, uma constatação que eu não esperava fazer, pois os residentes já costumam migrar por múltiplos motivos e aqui ratificado mais um.

Relato interessante nesse sentido me fez o presidente da associação de moradores do Pinhal Alto dizendo que geralmente quando ocorre alguma ocorrência de maior repercussão na localidade os moradores costumam dizer que precisam dar um jeito de conseguir trazer novamente policiais para trabalhar exclusivamente na localidade. O presidente disse ainda que muitos moradores não têm noção do investimento que precisa ser feito para manter policias e estrutura atualmente, que já tiveram dois policiais no passado, porém houve muitas mudanças após a saída deles, mas ele também acredita que seria muito bom ter novamente policiais comunitários.

A falta de segurança tem feito com que quase 90% dos residentes do meio rural deixem alguém nas propriedades durante sua ausência, em especial quando vão a eventos sociais, ou seja, realmente os números da insegurança assustam. Os relatos a seguir são capazes de ilustrar bem a situação dos residentes do meio rural.

O participante da localidade Schmalzthal comentou que acha necessário mais atenção a segurança do interior, falou sobre a normalidade que se tornou de alguém da família deixar de frequentar festas tradicionais que no passado todos costumavam ir. Continuou relatando que sua família já foi vítima de ações criminosas nos últimos anos e que as duas situações ocorreram quando todos saíram da propriedade, isto fez com que eles mudassem os hábitos, deixando até de comentar com os outros quando iriam sair, pois suspeitam do envolvimento de conhecidos ou funcionários nas ações.

Na localidade Linha Brasil fundos o participante foi um senhor idoso, ele me relatou que no mês de agosto de 2017 toda a família saiu de casa para ir à festa anual da localidade, ao retornar deram falta de alguns vasos de flor, mas não fizeram registro, apenas tomaram a

iniciativa de colocar um cachorro bravo amarrado em um cabo de aço em frente à propriedade, assim o cão consegue percorrer um grande espaço e fazer a segurança do local.

Ora, as marcas da intranquilidade nas localidades do meio rural estão fazendo as pessoas mudarem hábitos que sempre foram comuns, como por exemplo todos irem juntos a eventos sociais, os fatos narrados até aqui nos direcionam na conclusão de que está sendo feito uma espécie de revezamento para que sempre haja alguém nas propriedades.

3.5 LACUNA DESTINADA A CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS PELOS PARTICIPANTES

Uma forma que encontrei de proporcionar aos participantes trazerem assuntos sobre segurança pública que não tivesse sido tratado na pesquisa foi dando-lhes a oportunidade de acrescentá-los ao final de suas entrevistas. No entanto apenas dois participantes escreveram o que gostariam de acrescentar. Na transcrição dos relatos fiz pequenos ajustes nos textos a fim de facilitar o entendimento.

Um dos participantes foi o morador da localidade Pedancino e atual secretário da agricultura do município, o qual escreveu que fazia questão de participar da pesquisa pelo fato de vivenciar quase diariamente problemas de segurança na vida pessoal e profissional. Acrescentou que tem feito esforços para contribuir com a segurança do meio rural participando de reuniões em localidades do interior e que também tem recebido reivindicações de moradores na prefeitura.

O participante finalizou dizendo que gostaria de parabenizar a ação de pesquisar sobre a segurança no meio rural, e que em seu ponto de vista atitudes como essa são de fundamental importância, pois só assim poderemos almejar um futuro mais seguro.

O outro foi o participante da localidade Tirol que afirmou:

O munícipe do setor rural se sente acuado em face de falta de segurança e da presença de policiamento, há aproximadamente vinte anos ou menos era difícil ter alguma residência que não tivesse uma arma, geralmente espingardas que serviam para a proteção das famílias. Quando soava um tiro toda a comunidade ficava em alerta, com o desarmamento as armas sem registro foram se deteriorando e diminuíram as condições de comprar armas mais modernas e legais para dar segurança às famílias, estando hoje à população a mercê dos bandidos (TIROL, 2017).

Com o intuito de complementar a resposta do participante do Tirol, aponto o Projeto de Lei (PL) nº 3722/2012 que trata sobre o porte de arma de fogo nos limites das propriedades rurais, um PL que carrega consigo muitas divergências, porém mesmo assim vem tramitando na Câmara dos Deputados, tendo sua última movimentação no dia 25 de abril de 2017(BRASIL, 2012).

Após esta longa e importante pesquisa sobre a segurança pública no meio rural de Nova Petrópolis, irei fazer no capítulo seguinte minhas conclusões sobre tudo o que foi mencionado até aqui, admitindo antecipadamente que ela apresenta caráter provisório, podendo certamente ser ampliada e enriquecida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após alguns anos no PLAGEDER cheguei à etapa final muito mais motivado que iniciei, no entanto não tinha noção que o fechamento desta jornada demandasse tamanho esforço e dedicação. Sabendo da necessidade e que seria também uma oportunidade de pesquisar um tema geralmente ‘rejeitado’ por muitos me esforcei ao máximo para fazê-lo.

Mesmo rejeitado cabe aos homens esta missão de pesquisar, e como o ‘novo’ me instiga, resolvi contrariar a maioria e dar um passo em frente sobre a temática. Para isso fui a campo e apliquei questionário vinte e seis atores sociais de diferentes localidades consideradas pertencentes ao meio rural do município, com ênfase ao lapso temporal entre anos de 2007 a 2016.

Além do questionário ora mencionado, o diário de campo tornou-se para mim algo de grande valia, pois através dele é que de fato pude complementar as conclusões e enriquecer minha pesquisa. Tudo foi feito de forma que os participantes puderam de fato contribuir de maneira crucial para o trabalho ser o mais fidedigno possível.

Diante dos fatos e já tendo conhecimento que a segurança é garantida em nossa Constituição Federal como um dos direitos sociais imprescindíveis para o desenvolvimento de uma sociedade, realizei a pesquisa no intuito de responder com excesso de cuidado meu problema central de pesquisa que era: Quais eram as maiores dificuldades encontradas no meio rural de Nova Petrópolis referente à segurança das pessoas e de seu patrimônio?

Para isso, percorri aproximadamente trezentos quilômetros visitando as 26 localidades. Esse contato *in loco* proporcionou-me desenvolver visão sistêmica sobre o tema proposto, e aproximar-me ainda mais da área de atuação dos profissionais ligados ao meio rural, a qual também engloba o PLAGEDER.

Dessa forma, nas considerações finais que serão aqui por mim elencadas acredito que restarão poucas lacunas para contestações. Entretanto, há vácuos para complementadas, enriquecê-las e também para melhor desenvolvê-las, todavia acredito que também precisarão ser sustentadas por estudos onde os verdadeiros envolvidos façam parte de todas as etapas.

Os mesmos atores sociais que me fizeram acreditar que realmente necessitavam de mais atenção na segurança de suas propriedades quando relatavam informalmente que havia uma visão míope focada em seus sentidos, agora após esse estudo posso afirmar que estavam de fato com razão, as conclamações que ouvi referente à segurança pública no meio rural são de fato um problema a ser enfrentado.

É preocupante os moradores enfrentarem condições adversas para conseguir melhorar a qualidade de vida própria e de suas famílias e não conseguirem usufruir os benefícios. Como agravante a insegurança tem feito com que os residentes do meio rural deixem de frequentar eventos sociais, o que para a grande maioria destas pessoas os eventos realizados nas localidades foram heranças familiares que vinham sendo cultuadas, porém a intranquilidade tem obrigado às mudanças.

As mudanças estão sendo tão radicais que o revezamento entre os membros das famílias nas datas de eventos tornou-se normal. Outra mudança que tem necessitado seguir a linha da normalidade é a troca de informações sobre situações que levantam suspeição nas localidades.

Hoje, a insegurança realmente esta entre os maiores problemas do meio rural de Nova Petrópolis e tem gerado dúvidas também na hora dos investimentos, muito disso em virtude de não ter garantias que haverá segurança para tal. Uma constatação que afeta diretamente o desenvolvimento rural, pois isso tem feito às pessoas frearem investimentos que do contrário aconteceriam naturalmente.

Desenvolvimento e segurança certamente possuem inter-relações, em especial por tratarem de questões relacionadas diretamente à vida, e também pela forma que eles estão acontecendo. Diante disso, de forma alguma podemos aceitar ser normal viver com medo como estes nobres residentes do meio rural estão vivendo.

O receio de determinadas situações até pode ser tolerável, entretanto o medo é inegavelmente algo que causa efeitos diretos na vida das pessoas. Isso tem levado os residentes do meio rural a criarem estratégias que maximizem a própria segurança das localidades onde residem, algo que deveria ser garantido pelo Estado.

A criação destas estratégias se relaciona diretamente pelo fato de que as ações criminosas estão mesmo migrando para locais menos assistidos pelos órgãos de segurança e com predominância das ações aos locais que já alcançaram transformações sociais e econômicas que ‘compensem’ os riscos. Além disso, esses delinquentes têm estudado as vítimas e escolhido locais que possuam rotas que facilitam suas fugas.

Para que as estratégias se tornassem possíveis à tecnologia assumiu posição de vital importância e ainda as potencializou, conquanto, a que mais se destacou neste estudo foi à troca de informações através de meios de comunicações que necessitam o uso de internet. O que demonstra que a tecnologia não se restringe apenas aos grandes centros.

Nova Petrópolis por mais que seja um município que possua altitudes variadas onde algumas localidades podem acabar tendo dificuldades para oferecer tecnologia de qualidade

aos residentes isso vem sendo superado através da união de esforços de múltiplas pessoas. Mais um fato que comprova que seu reconhecimento por meio de lei federal como a capital nacional do cooperativismo não foi por acaso.

Essa cooperação pude testemunhar durante a pesquisa, onde na grande maioria das localidades visitadas os participantes geralmente eram acompanhados de outros membros da família, os quais muitas vezes acabaram contribuindo nas respostas. Vindo o fato me fazer concluir que não era apenas por curiosidade que as pessoas acompanhavam os participantes e sim no intuito de contribuir na busca de mais segurança ou também para facilitar a comunicação entre as partes.

Como já mencionado e aqui ratificado, a língua alemã é muito utilizada pelos residentes do meio rural de Nova Petrópolis, podendo ser considerado de fato um dos fatores que levava mais de uma pessoa a participar concomitantemente. Saliento que houve predominância de acompanhantes jovens os quais são também bastante utilizados quando da necessidade de troca de informações ou no acionamento dos órgãos de segurança.

Entre os jovens ficava evidente em seus relatos que estes realizavam uma triagem antecipada nas localidades antes de acionar a segurança pública, valendo-se preliminarmente da troca de informações locais, o que também tem contribuído para que os órgãos possam fazer atendimento prioritário das ocorrências que realmente precisam de respostas imediatas. Contribuição essa que é de suma importância para os órgãos de segurança que possuem racionados recursos humanos para atender todas as demandas de um município considerado turístico.

Sem de fato conseguir informações oficiais sobre o número de pessoas que visitam o município durante o ano, tampouco números atualizados de recenseamento, trabalhei com as informações que dispunha no momento, as quais traziam que no ano de 2010 havia 19.045 habitantes em Nova Petrópolis, e que extraoficialmente em torno de um milhão de turistas passam pelo município anualmente, porém torna-se importante ressaltar que muitos destes não circulam no meio rural.

Tornando-se principalmente a falta de informações sobre a quantidade de turistas um limitante para que os responsáveis pelos órgãos de segurança reivindiquem mais servidores a seus escalões superiores, pois é frequentemente noticiado que a polícia trabalha com dados estatísticos para escolher suas prioridades no enfrentamento da criminalidade.

Analisar todos os aspectos possíveis e anexando comprovações me parecem que seja um dos caminhos para angariar mais servidores ao município. Pois já vimos através de fatos

aqui mencionados que explicar os motivos do crime não é uma tarefa fácil, assim como explicar o medo das pessoas conta com grau de dificuldade semelhante.

Dessa forma foi comprovado neste estudo que muitos fatores circundam o combate da criminalidade, por isso deve ser analisado holisticamente utilizando-se de todos os meios disponíveis. Não por acaso é que os residentes do meio rural estão fazendo o uso de distintas formas de combatê-lo.

Outra confirmação da pesquisa foi de que muitas localidades já utilizam câmeras de vigilância com acesso pela internet em suas residências e propriedades rurais, sendo que alguns participantes mencionaram a possibilidade de instalação de câmeras de monitoramento em pontos estratégicos com possibilidade de cercamento eletrônico de toda a localidade, algo quase impensável há alguns anos atrás.

A busca destas estratégias é também em virtude de não existir atualmente ações específicas tampouco políticas públicas voltadas à segurança do meio rural de Nova Petrópolis, sendo assim, os atores sociais estão se autoprotegendo como podem, pois ao contrário de que muitos ainda mencionam o meio rural como lugar de tranquilidade plena aqui foi comprovado que a realidade não é essa.

Contudo, uma conclusão importante que fiz além daquelas já descritas é que há um distanciamento enorme entre as localidades do meio rural e os órgãos de segurança que prestam seus serviços no município. É necessário ampliar a atuação do CONSEPRO para o meio rural, e criar estratégias conjuntas para o enfrentamento da criminalidade em toda a área territorial do município.

No meio urbano o CONSEPRO já se mostrou eficaz e servindo de modelo a outros municípios, assumindo posição quase que vital para o desempenho das atividades de segurança pública em Nova Petrópolis. Ou seja, esta num patamar semelhante a segurança, pois ambos têm previsões legais sendo eles fundamentais para o desenvolvimento.

Em face dessa realidade podem munir-se de comprovações de que são concretos os problemas de segurança enfrentados pelos residentes do meio rural e através disso encaminhar reivindicações formais aos órgãos de segurança pública. Sendo que isso também englobava os objetivos da pesquisa e realmente em nenhum momento isso foi mencionado que vem acontecendo.

Um ponto que merece destaque em minhas considerações finais é que segundo o atual comandante da brigada militar de Nova Petrópolis a instituição iniciou no mês de agosto de 2017 algumas ações de policiamento no meio rural do município. Salientando que não há

qualquer ligação com este estudo, porém é uma informação importante aos residentes que tanto esperam por mais segurança.

Mesmo assim acredito ser importante mencionar o fato a fim de não levar ninguém a tirar conclusões equivocadas sobre a pesquisa, como por exemplo, quando foi mencionada a reunião do dia 11/09/2017, a qual contou com a presença do representante da brigada militar, sendo ela muito recente, diferentemente deste estudo que contemplou um período significativo de tempo.

Pelo fato de não ter sido identificado outros estudos voltados a essa temática no meio rural do município, a meu ver esta pesquisa poderia ser utilizada na busca por mais segurança. Como já indicado oportunamente ela foi realizada com o intuito de ser aplicada, com a ressalva de depender do que fosse constatado, sendo detectado que a grande maioria dos participantes da pesquisa relatou haver problemas pontuais ou em períodos esporádicos em suas localidades.

E ainda valer-se do momento que não apenas o meio rural, mas a grande maioria da sociedade clama por mais segurança. Somando-o a capacidade de união e preocupação que os munícipes de Nova Petrópolis já demonstraram com a segurança dos locais onde residem e juntos encontrarem formas de melhorar a segurança das localidades e conseqüentemente isso favorecer o desenvolvimento rural.

E por fim, concluo também que mesmo indiretamente os demais direitos sociais possuem ligação com o desenvolvimento rural e precisam também ser garantidos, não restando dúvidas que existem múltiplas inter-relações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio Roberto de. Policiamento em comunidades de risco social. In: COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Organizadores: **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 109-126.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA . Decreto nº 50.313, de 13 de maio de 2013. **Institui o Comitê de Gestão da Transversalidade das Ações de Combate aos Crimes de Abigeato e Abate Irregular de Animais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2050.313.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2017.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla; COSTA, Ivone Freire. **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador. EDUFBA, 2010, p. 60/61.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541857>> Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. LEI Nº 13.330, DE 2 DE AGOSTO DE 2016. **Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e de receptação de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes**. Brasília, 02 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13330.htm>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **PROJETO DE LEI DO SENADO DE 2015**. Regulamenta o § 7º do art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre número mínimo de policiais em atividade por habitante; percentual mínimo de policiais em atividades-fim, inclusive policiamento rural; e cargas horárias mínimas de treinamento e prática de atividades físicas

para policiais. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121970>>. Acesso em: 09 de junho de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **PORTARIA Nº 182, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017 que institui Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP**. Disponível em <http://portal.imprensanacional.gov.br/destaques/ddo/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-4>>. Acesso em: 09 de junho de 2017.

BRIGADA MILITAR. Nota de Instrução Operacional Nº 042 de 20 de Julho de 2015.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Dados estatísticos. Disponível em: <http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_hortensias_2008_municipios.png> Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p.07.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de; DIAS, Leila Christina. **NOVAS AGENDAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**. In. Complexidade e desenvolvimento. Organizadores: CARDOSO JR, José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de - Brasília: Ipea, 2011. v.3 cap. 4, p. 69.

CERS/89. DO RIO, Assembleia Legislativa do Estado; DO SUL, Grande. **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

COMUNIDADE ajuda a reformar batalhão da Brigada Militar de Nova Petrópolis. **Jornal Pioneiro**. 01 fev. 2017. Disponível em: < <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2017/02/comunidade-ajuda-a-reformar-batalhao-da-brigada-militar-de-nova-petropolis-9706426.html>>. Acesso em: 02 set. 2017.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf> Acesso em: 06 jun. 2017.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf> Acesso em: 06 jun. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431320&idtema=90&search=rio-grande-do-sul|nova-petropolis|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->>. Acesso em: 26 maio 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo demográfico 2010**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>>. Acesso em: 01 out. 2017.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

PORT, Márcio. A Dinâmica do Mercado de Trabalho em Nova Petrópolis. **Em Questão**: revista perfil socioeconômico de nova petrópolis 2015/2016. Nova Petrópolis, Amstad, 2016. Disponível em:<http://www.acinpserragaucha.com.br/arquivos/cadastro_imobiliario_acinpserragaucha.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PMNP- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. **Poder Público celebra termo de parceria com CONSEPRO**. Disponível em:<http://www.novapetropolis.rs.gov.br/noticias_int.php?id=5029> Acesso em: 30 ago. 2017.

PMNP- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. **Lei Orgânica do Município de Nova Petrópolis Nº 1.143 de 28/02/1990**. Disponível em:<<http://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7699&cdDiploma=1143&NroLei=1.143?cdMunicipio=7699&cdTipoDiploma=1>> Acesso em: 30 ago. 2017.

MELO, Antonio Jorge Ferreira. Polícia e Policiamento no Reino de Momo. In: COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Organizadores: **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 130.

RODRIGUES, Alexandre Reis. **O conceito de segurança**. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. 09 abr. 2013. Disponível em:<http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf> Acesso em: 30 abr. 2017.

ROLIM, Marcos. **Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil**. SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p.41.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. In: Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária / Secretaria Nacional de Segurança Pública. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p.457.

APÊNDICE 1- Questionário aplicado aos participantes

INFORMAÇÕES PARA O(A) PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO(A):

As informações deste questionário são de responsabilidade do pesquisador **Ronaldo Araldi da Silveira** aluno da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**.

Você está convidado(a) a responder este questionário **anônimo**, o qual fará parte do Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, o trabalho de conclusão é requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

O questionário contém perguntas sobre **“A segurança pública na área rural do município de Nova Petrópolis”**.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) você é livre para a qualquer momento recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso;
- c) sua identidade será mantida em sigilo;
- d) apenas será identificada a localidade que o(a) participante representa ou reside.

LOCALIDADE: _____

DATA: ___/___/_____

QUESTIONÁRIO

01. O(a) participante reside no meio rural de Nova Petrópolis a quanto tempo?

- () a menos de 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () de 5 a 10 anos
- () a mais de 10 anos

02. O(a) participante sabe o número do telefone de emergência da Brigada Militar e Polícia Civil?

- () Sim
- () Não
- () Somente Brigada Militar
- () Somente Polícia Civil

03. Além dos números de emergência dos órgãos de segurança o(a) participante sabe mais algum número para contatá-los?

- () Sim
- () Não

04. O(a) participante já fez denúncia(s) repassou informações aos órgãos de segurança do município?

- Sim
 Não

05. Sua localidade utiliza alguma forma de comunicação direta entre os moradores para trocar informações sobre situações suspeitas?

- Sim
 Não

06. O(a) participante já solicitou o comparecimento da Brigada Militar ou Polícia Civil em sua localidade?

- Sim
 Não

07. Caso o(a) participante tenha respondido sim na pergunta anterior, o comparecimento dos órgãos de segurança ao local solicitado se deu em tempo razoável?

- Sim
 Não

08. Em sua opinião quem é o responsável pela segurança pública no meio rural?

- Estado
 Município
 A responsabilidade é de todos, inclusive da população

09. Como o(a) participante enxerga a segurança pública em sua localidade na última década?

- Mais atuante
 Menos atuante

10. Qual foi a última vez que o(a) participante visualizou viaturas policiais em sua localidade?

- A menos de 1 mês
 de 1 a 6 meses
 de 6 a 12 meses
 a mais de 12 meses

11. O(a) participante tem conhecimento de alguém de sua localidade que foi vítima de alguma ocorrência policial e deixou de efetuar o registro por acreditar que isto não seria necessário?

- Sim
 Não

12. Em sua opinião, a insegurança tem contribuído para as pessoas deixarem de investir no meio rural ou migrarem para o meio urbano?

- Sim
 Não

13. O(a) participante conhece alguém que deixou de residir no meio rural devido à insegurança ou após ter sido vítima de ações criminosas?

- Sim
 Não

14. O(a) participante já foi até a sede da Brigada Militar ou Polícia Civil solicitar orientações ou informações de como deveria proceder em alguma situação específica?

- Sim
 Não

15. O(a) participante acredita que algum residente de sua localidade deixa de frequentar eventos sociais devido a insegurança de deixar a propriedade desassistida?

- Sim
 Não

16. Sua localidade já teve policiamento comunitário ou policiamento rural mesmo que temporário durante algum período?

- Sim
 Não

17. Em sua opinião, se tivesse policiamento comunitário ou policiamento rural em sua localidade isso aumentaria a sensação de segurança?

- Sim
 Não

18. O(a) participante acha que haveria apoio dos residentes da localidade para uma possível implantação de policiamento comunitário ou policiamento rural?

- Sim
 Não

19. Há mais algum assunto referente à segurança pública que não foi tratado neste questionário e o(a) participante gostaria de acrescentar?
